

ENERGÉTICA CORUMBÁ III S.A.

CNPJ 04.631.430/0001-62

Relatório da Administração

Governança Corporativa

As práticas de Governança Corporativa da ECIII visam assegurar a transparéncia e a equidade nos negócios, bem como o respeito aos direitos das partes interessadas. O modelo busca a unificação de processos, práticas e políticas com as de seus acionistas. A estrutura de governança é composta por Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva. O Acordo de Acionistas orienta a atuação dos conselheiros e estabelece cláusula para abstenção de voto sobre temas que possam representar conflito de interesses. **Conselho de Administração:** De acordo com o Acordo de Acionistas o Conselho de Administração é composto por cinco conselheiros, com mandato de 03 anos, sendo permitida a reeleição. O Conselho de Administração reúne pelo menos uma vez a cada trimestre civil e tem como atribuição a orientação geral dos negócios da companhia e a eleição e destituição dos diretores. **Conselho Fiscal:** O Conselho Fiscal será instalado conforme definido no Estatuto Social da companhia, mas tem caráter não permanente, podendo ser requerido por quaisquer de seus acionistas anualmente. Atualmente a companhia não possui Conselho Fiscal instalado. **Diretoria Executiva:** A diretoria da companhia é composta por três diretores, eleitos pelo Conselho de Administração para um mandato de quatro anos, sendo que o diretor técnico acumula o cargo de diretor técnico no Consórcio Empreendedor Corumbá III.

Fornecimento de Energia

A energia garantida da UHE Corumbá III correspondente a 49,3 MW Médios foi totalmente comercializada junto à Neoenergia Distribuição Brasília S.A., conforme Contrato de Compra e Venda de Energia, celebrado em 12/11/2002, e o Terceiro Termo Aditivo ao mesmo celebrado em 12/11/2007.

Desempenho Econômico-Financeiro

A ECIII, em 31/12/2024, apurou lucro líquido de R\$ 50.799.115,92 (cinquenta milhões, setecentos e noventa e nove mil, cento e quinze reais e noventa e dois centavos).

Abaixo os principais indicadores econômico-financeiros em milhares de reais:

	2024	2023	Varição %
Indicadores empresariais			
Indicadores Econômicos			
Receita operacional líquida	72.868	75.817	-4%
EBITDA	59.403	55.893	6%
Resultado do serviço	53.364	48.407	10%
Resultado financeiro	1.453	1.829	-21%
Lucro líquido	50.799	46.303	10%
Indicadores Financeiros			
Ativo Total	258.658	248.645	4%
Divida bruta total	44.233	42.278	5%
Patrimônio líquido	214.425	206.367	4%
Divida de curto prazo/divida total (%)	0,51	0,42	24%
Patrimônio líquido/Ativo total (%)	0,83	0,83	-

A Companhia está propondo a distribuição do lucro líquido, referente ao exercício de 2024 da seguinte forma: constituição de reserva legal no valor de R\$ 2.539.955,80 (dois milhões, quinhentos e trinta e nove mil, novecentos e cinquenta e cinco reais e oitenta centavos); constituição de reserva de manutenção do capital de giro no valor de R\$ 2.539.955,80 (dois milhões, quinhentos e trinta e nove mil, novecentos e cinquenta e cinco reais e oitenta centavos); distribuição de dividendo mínimo obrigatório no valor de R\$ 12.064.790,03 (doze milhões, sessenta e quatro mil, setecentos e noventa reais e três centavos); e

A distribuição de dividendos adicionais no valor de R\$ 33.654.414,30 (trinta e três milhões, seiscentos e cinqüenta e quatro mil, quatrocentos e quatorze reais e trinta centavos), com pagamento até 31/12/2025.

Distribuição de Dividendos

Em 2024, a companhia pagou aos acionistas o montante de R\$ 41.672.602,20 (quarenta e um milhões, seiscentos e setenta e dois mil, seiscentos e dois reais e vinte centavos), relativos aos dividendos apurados do resultado de 2023.

Responsabilidade Sócio-Ambiental

A Licença de Operação da UHE Corumbá III, com vigência até 25/01/2026, prevê em seu escopo a realização dos Programas de Monitoramentos Ambientais e o cumprimento do Plano Básico Ambiental (PBA) do Componente Indígena, os quais vêm sendo atendidos em sua integralidade, entre os quais destacamos:

- **Programas de Monitoramento da Ictiofauna, Mastofauna, Herpetofauna e Avifauna** - As atividades de monitoramento da fauna realizadas na área de influência direta e no entorno seguem seu curso normal. Os estudos demonstram um resultado altamente satisfatório, constatando que o empreendimento não impactou a fauna nas áreas de Influência Direta (AID) e Indireta (AI). • **Programa de Monitoramento de Macrófitas** - As campanhas de monitoramento das macrófitas, na área de influência direta do empreendimento, continuam sendo realizadas conforme previsto no processo de licenciamento.
- **Programa de Monitoramento Limnológico e da Qualidade de Água** - As campanhas de monitoramento das análises das águas (parâmetros físico-químicos e biológicos) do rio Ariquána e córrego Frei Canuto vêm sendo realizadas em onze pontos de coleta, tal como estabelecido no Programa. Os resultados são satisfatórios.
- **Programas de Monitoramento Hidrológico e Hidrossedimentológico** - Em continuidade às campanhas de monitoramento da vazão do Rio Ariquána com o acompanhamento dos níveis d'água, descargas líquidas e do transporte de sedimentos, continuam sendo realizadas, inclusive com coleta de dados hidrométricos das estações telemétricas. **Programa de Monitoramento de Prevenção dos Processos Erosivos** - As campanhas de monitoramento das erosões na área de influência direta do empreendimento vêm sendo executadas em estrita aderência ao estabelecido no Programa.

Audidores Independentes

A Companhia firmou contrato com a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. ("Deloitte") para a prestação dos serviços de auditoria das suas demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31/12/2024, bem como a revisão das informações financeiras trimestrais. Desse entanto, a Deloitte não prestou serviços não-relacionados à auditoria independente que superassem 5% (cinco por cento) do valor do contrato. A política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços não-relacionados à auditoria junto à empresa de auditoria, se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor independente.

Conclusão

A Administração da ECIII manifesta sua satisfação pelo êxito de seus esforços, no estabelecimento das condições legais, estratégicas, ambientais e financeiras que permitiram a operação da UHE Corumbá III, com a disponibilidade de sua potência total, sem nenhuma restrição técnica. Neste sentido vem de público agradecer o apoio ircondicional recebido dos acionistas da Empresa, a colaboração de seus servidores e contratados, bem como a parceria com a Geração CIII, subsidiária da Neoenergia, consubstanciada nas ações do Consórcio Empreendedor Corumbá III. Apresentamos a seguir as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31/12/2024 bem como o relatório dos auditores independentes.

Demonstrações de Resultados para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota Explicativa	31/12/2024	(reapresentado)		Nota Explicativa	31/12/2024	31/12/2023	
Ativo				Passivo e Patrimônio Líquido				
Circulante				Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	5	33.212	16.128	Fornecedores	13	2.157	1.052	
Títulos e valores mobiliários	6	-	6.327	Obrigações sociais e trabalhistas	271	188		
Contas a receber	7	6.825	8.553	Impostos de renda e contribuição social a recolher	22	1.112	968	
Adiantamentos			50	Outros impostos a recolher	470	275		
Despesas antecipadas	9	124	124	Encargos setoriais	13	1.868	1.379	
Tributos a recuperar	10	2.699	1.967	Dividendos propostos	17	12.065	10.997	
Outros ativos		933	-	Outorga da concessão	14	1.713	1.639	
Total do ativo circulante		43.793	33.149	Outros passivos	16	2.973	1.054	
				Total do passivo circulante		22.629	17.552	
Não Circulante								
Despesas antecipadas	9	1.352	1.476					
Depósitos judiciais		2.965	3.558					
Outros ativos		613	1.486					
Total do realizável a longo prazo		4.930	6.520					
Imobilizado	11	199.595	197.328					
Intangível	12	10.340	11.648					
Total do ativo não circulante		214.865	215.496					
Total do Ativo		258.658	248.645					

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota Explicativa	31/12/2024			Nota Explicativa	31/12/2024		
Reserva de Lucros				Proposta para Distribuição de Dividendos Adicionais				
Capital social	121.586	13.285		Lucros acumulados	29.331	200.391		
Reservas		10.970	10.970					
Reserva legal		2.315	-					
Reserva de manutenção capital de giro		2.540	-					
Dividendos obrigatórios	17.7	-	2.315					
Proposta distribuição de dividendos adicionais	17.7	-	-					
Distribuição de dividendos adicionais		-	-					
Saldo em 31 de Dezembro de 2023		121.586	13.285					
Lucro líquido do exercício		-	-					
Reserva legal		-	-					
Reserva de manutenção capital de giro		-	-					
Dividendos obrigatórios	17.7	-	-					
Proposta distribuição de dividendos adicionais	17.7	-	-					
Distribuição de dividendos adicionais		-	-					
Saldo em 31 de Dezembro de 2024		121.586	15.825					

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Referentes ao Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2024 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota Explicativa	Capital Social realizado	Reserva Legal	Reserva Capital de Giro	Reserva para Expansão	Lucros acumulados	Proposta para Distribuição de Dividendos Adicionais	Total do Patrimônio Líquido
Saldo em 31 de Dezembro de 2022		121.586	10.970	10.970	27.534	-	29.331	200.391
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	46.303	-	46.303
Reserva legal		-	2.315	-	-	(2.315)	-	-
Reserva de manutenção capital de giro		-	2.540	-	-	(2.540)	-	-
Dividendos obrigatórios	17.7	-	-	-	-	(10.997)	-	(10.997)
Proposta distribuição de dividendos adicionais	17.7	-	-	-	-	(30.676)	30.676	-
Distribuição de dividendos adicionais		-	-	-	-	(29.330)	-	(29.330)
Saldo em 31 de Dezembro de 2023		121.586	13.285	13.285	27.534	-	30.677	206.367
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	50.799	-	50.799
Reserva legal		-	2.540	-	-	(2.540)	-	-
Reserva de manutenção capital de giro		-	2.540	-	-	(2.540)	-	-
Dividendos obrigatórios	17.7	-	-	-	-	(12.065)	-	(12.065)
Proposta distribuição de dividendos adicionais	17.7	-	-	-	-	(33.654)	33.654	-
Distribuição de dividendos adicionais		-	-	-	-	(30.676)	-	(30.676)
Saldo em 31 de Dezembro de 2024		121.586	15.825	15.825	27.534	-	33.655	214.424

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota Explicativa	31/12/2024	31/12/2023

<tbl_r cells="

ENERGÉTICA CORUMBÁ III S.A.

CNPJ 04.631.430/0001-62

*continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Referentes ao Exercício Fim em 31 de Dezembro de 2024 (Em milhares de reais - R\$)

Norma	Descrição da alteração	Vigência
CPC 48:	As emendas estabelecem requerimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros pelo meio de sistema de pagamento eletrônico; e (ii) mensuração de avaliar as características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros, incluindo aqueles com características ambientais, sociais e de governança ('ASG' ou 'ESG').	01/01/2026
IFRS 18:	A IFRS 18 introduz três categorias definidas para receitas e despesas - divulgação das demonstrações operacionais, de investimento e de financiamento - para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as entidades fornecem novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional. A estrutura melhorada e os novos subtotais darão aos investidores um ponto de partida consistente para analisar o desempenho das Companhias. A IFRS 18 também exige que as Companhias divulguem explicações sobre as medidas específicas que estão relacionadas com a demonstração dos resultados, referidas como medidas de desempenho definidas pela Administração. Os novos requisitos irão melhorar a disciplina e a transparência das medidas de desempenho definidas pela Administração e provavelmente torná-las sujeitas a auditoria. A IFRS 18 substituirá a IAS 1/CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras.	01/01/2027
Demonstrações Financeiras		

Não houve a emissão de novas normas aplicáveis em 2024. A revisão daquelas já existentes, não produzem efeitos nas demonstrações financeiras referentes ao exercício fim em 31 de dezembro de 2024. Em relação aos normativos em discussão no CPC ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

2.6. Julgamento da administração quanto à continuidade operacional: A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional. As principais bases de julgamento utilizadas para tal conclusão são: (i) principais atividades decorrentes de concessões de longo prazo; (ii) patrimônio líquido expressivo (iii) forte geração de caixa operacional, inclusive com capacidade financeira para quitação de compromissos assumidos junto a instituições financeiras e (iv) série histórica de lucros nos últimos exercícios sociais.**3. Principais Políticas Contábeis:** A Energética Corumbá III aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.**3.1. Instrumentos financeiros:** A Energética Corumbá III classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, de acordo com a seguinte categoria: a) Ativos financeiros: Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários e outros itens financeiros, além de outros créditos realizáveis por caixa. A Companhia reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido, para um item que não é VJR (Valor justo por meio do resultado), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação. A Companhia mensura o ativo financeiro ao custo amortizado quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituem, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. A Energética Corumbá III mensura o ativo financeiro ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituem exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. (i) Classificação e mensuração subsequente: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; a VJORA - instrumento de dívida; ou a VJR - instrumento patrimonial; ou ao VJR. Conforme nota explicativa nº 24, os ativos financeiros da Companhia são mensurados ao custo amortizado pois considera os seguintes aspectos: • São mantidos dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. b) Passivos financeiros: Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Despesas com juros e ganhos perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Os juros dos instrumentos financeiros passivos são capitalizados como parte do imobilizado ou intangível se esses custos forem diretamente relacionados a um ativo qualificado. A capitalização ocorre até que o ativo qualificado esteja pronto para seu uso pretendido. Os juros de empréstimos não capitalizados são reconhecidos no resultado no exercício que foram incorridos. (i) Classificação e mensuração subsequente: As taxas de amortização utilizadas pela companhia são as determinadas pela Resolução Normativa nº 674/2015, de 11 de agosto de 2015, destacando-se que as servidões não são amortizadas. Os montantes relacionados ao Uso do Bem Público (UBP) foram determinados com base no valor presente de fluxo de pagamentos desse direito de exploração do potencial hidráulico. A amortização foi iniciada quando da entrada em operação da Usina. Os softwares corporativos são capitalizados com base nos custos incorridos para aquisição e para torná-los prontos para serem utilizados, amortizados durante sua vida útil estimável. Os gastos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. O intangível de utilização do bem público referente à extensão do contrato de concessão (nota explicativa nº 1.2) é amortizado seguindo a orientação da ANEEL e registrado de acordo com cálculo da ANEEL. (ii) Imobilizado: (i) Reconhecimento e mensuração: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável ("impairment"). Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) do imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. (ii) Custos subsequentes: Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. (iii) Depreciação: A depreciação é calculada para amortizar o custo de uso do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado, a Companhia reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base nas taxas anuais estabelecidas pela ANEEL, por meio da Resolução nº 674, em vigor desde 11 de agosto de 2015. A Administração da Companhia entende, suportada por seus assessores legais, que não houve, até o momento, alteração nas condições de indenização dos ativos a ser revertidos ao final da concessão e que possui o direito à indenização do valor residual de todos os bens vinculados e reversíveis, inclusive dos terrenos, considerando os fatos e circunstâncias disponíveis atualmente. Caso haja legislação nova que venha a alterar as condições atuais, a Companhia avaliará os efeitos correspondentes em suas demonstrações financeiras. (iv) Contingências: A Companhia é parte de processos judiciais e as avaliações de probabilidade de perdas desses processos incluirão a análise das evidências disponíveis com base na avaliação dos assessores jurídicos. Adicionalmente, com a avaliação dos assessores jurídicos, o Consórcio atualiza as informações dos processos com relação aos valores depositados em juízo. Os valores relacionados as contingências são reembolsados pelas Consorciadas, quando os valores são desembolsados pelo Consórcio para pagamento de contingências. As contingências relacionadas a processos de servidão e desapropriação são contabilizadas no ativo imobilizado ("terrenos em curso") em contrapartida as provisões para contingências, enquanto os processos encontram-se em discussão judicial. A atualização monetária das provisões para contingências é registrada no ativo imobilizado ("terrenos em curso"), uma vez que o Consórcio entende que esses valores compõem o custo de aquisição do ativo. (v) Depósitos judiciais: Os depósitos judiciais relativos a processos de servidão e desapropriação são contabilizados no ativo não circulante, pois são considerados ativos financeiros. A atualização monetária dos depósitos judiciais é registrada no ativo imobilizado ("terrenos em curso").**3.4. Redução ao valor recuperável de ativos:** A Administração revisa o valor líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências forem identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituida provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável, quando aplicável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.**3.5. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com

base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro presumido a parcela que excede ao valor resultante da multiplicação de R\$20.000,00 (vinte mil reais) pelo número de meses do respectivo período de apuração. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes. O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro presumido do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela menor estimativa do valor esperado dos impostos a ser pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **3.6. Receita de venda de energia:** A receita referente à venda da energia gerada pela Energética Corumbá III é reconhecida mensalmente de acordo com o contrato de venda de energia junto à Neoenergia que a ECIII possui, as receitas de vendas no mês de sua referência com pagamento no mês subsequente em três parcelas iguais. Dessa forma, a receita é reconhecida em sua competência correta no que tange às vendas já firmadas em contrato. Além da venda conforme contrato, a Companhia possui também as vendas de energia em mercado de leilão da CCEE, que é realizada quando ocorre excesso na produção de energia do que prometido em contrato de venda junto à Neoenergia. **3.7. Arrendamento:** O início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. Para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizar os componentes de arrendamento e não arrendamento em contas separadas. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamentos efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. Quando o passivo de arrendamento é mensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. **3.8. Capital Social:** O capital social da Companhia é composto por ações ordinárias que dão aos acionistas direitos com relação aos ativos líquidos residuais da Companhia, de acordo com suas respectivas participações societárias. Os detentores dessas ações têm o direito de receber dividendos conforme definido no Estatuto da Companhia. **3.9. Distribuição de dividendos:** De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado quando previsto no Estatuto Social. De acordo com as práticas contábeis brasileiras, o pronunciamento técnico CPC 24 e a interpretação técnica ICPC 08 (R1), apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisoriamente, já o dividendo declarado ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, os montantes excedentes ao dividendo mínimo obrigatório, conforme rege a Lei nº 6.404/76, são mantidos no patrimônio líquido, em conta de dividendo adicional proposto, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras. **3.10. Lucro por ação:** Os lucros por ação, básico e diluído, são calculados por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e da média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O lucro por ação diluído é calculado considerando o efeito de instrumentos dilutivos, quando aplicável. **3.11. Participações em operações em conjunto:** Uma operação em conjunto é um acordo conjunto através do qual as partes que detêm controle conjunto do acordo possuem direitos sobre os ativos e obrigações sobre os passivos com relação ao acordo. Controle conjunto é o compartilhamento contratualmente acordado de controle de um acordo, aplicável somente quando as decisões sobre as atividades relevantes requerem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle. Quando uma Companhia realiza suas atividades como operações em conjunto, a Companhia, como um operador em conjunto, reconhece com relação à sua participação em uma operação em conjunto: • Seus ativos, incluindo sua participação nos ativos mantidos em conjunto. • Seus passivos, incluindo sua participação nos passivos incorridos em conjunto. • Suas receitas da venda de sua participação no resultado decorrente da operação em conjunto. • Suas despesas, incluindo sua participação nas despesas incorridas em conjunto. A Energética Corumbá III faz parte de uma operação em conjunto ("joint operation") junto à Geração Corumbá III, constituindo o Consórcio Corumbá III para construção da Usina Corumbá III. A construção da Usina de Corumbá III, foi feita em parceria com a Geração CIII S.A., nos percentuais de 40% (quarenta por cento) para a Energética Corumbá III S.A. e 60% (sessenta por cento) para a Geração CIII S.A. Os investimentos para a construção foram feitos mediante a constituição de um Consórcio denominado Consórcio Empreendedor Corumbá III. A Companhia contabiliza os ativos, os passivos e as despesas relacionados à sua participação em uma operação em conjunto de acordo com os CPCs aplicáveis a ativos, passivos, receitas e despesas específicos. A operação em conjunto possui impacto, nas contas de Ativo Imobilizado e Intangível, no passivo de provisões para processos judiciais e das despesas. Os saldos contabilizados pela Energética Corumbá III são provenientes dos saldos informados pelo Consórcio Corumbá III, visto que o imobilizado que constitui o saldo é decorrente de construções e melhorias na Usina, assim como as provisões constituidas possuem origem em processos relacionados à construção da Usina e desapropriações de terra, em sua maioria. **3.12. Receitas e despesas financeiras:** As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem: • Receita de juros. • Despesa de juros. • Comissões. • Desconto obtido. • Variação monetária. A receita despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. **4. Representação dos Valores Correspondentes:** A Companhia representou os valores correspondentes do exercício anterior para correção de erro efetuando ajuste de apresentação do imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras o qual estava anteriormente apresentado na rubrica de caixa e equivalentes de caixa, no Ativo Circulante, passando a integrar o grupo de tributos a recuperar no Ativo Circulante. **Impactos da reapresentação no Balanço Patrimonial:**

	Anteriormente Apresentado	Ajustes	Reapresentado
Saldos em 31 de dezembro de 2023			
Em milhares de Reais			
Caixa e equivalentes de caixa	18.095	(1.967)	16.128
Títulos e valores mobiliários	6.327	-	6.327
Contas a receber	8.553	-	8.553
Tributos a recuperar	-	1.967	1.967
Demais contas de ativos circulante	174	-	174
Contas ativos não circulante	6.520	-	6.520
Intangível	197.328	-	197.328
Total de ativos	248.645	-	248.645
Passivo circulante	17.552	-	17.552
Passivo não circulante	24.726	-	24.726
Patrimônio líquido	206.367	-	206.367
Total do passivo e patrimônio líquido	248.645	-	248.645
5. Caixa e Equivalentes de Caixa:			
	31/12/2023		31/12/2023
	(representado)		
Caixa e depósitos bancários à vista	3.177	-	2.136
Aplicações financeiras de liquidez imediata	30.035	-	13.992
	33.212		16.128

Em 31 de dezembro de 2024 o caixa e equivalentes de caixa é composto por caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. As aplicações financeiras estão representadas, substancialmente, por certificados de depósito bancário - CDB, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração média acumulada de 8,73% a.a. (10,89% a.a. em 31 de dezembro de 2023) sem vencimento predeterminedo. A exposição da Companhia a riscos de crédito e de taxa de juros e a uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros é divulgada na nota explicativa nº 24.

6. Títulos e Valores Mobiliários:

Referem-se à aplicação no Fundo de Investimento 33, administrado pela BRB - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. A remuneração pela variação dos Títulos Públicos à taxa no ano é de 8,73% a.a. (10,89% a.a. em 31 de dezembro de 2023), sem vencimento pré-determinado. **7. Contas a Receber:**

As contas a receber referem-se ao Contrato de compra e venda de Energia Elétrica (CCEE) entre a Companhia e Neoenergia Distribuição Brasília S.A. e são registradas mensalmente, conforme notas fiscais de saída e dos valores a receber da liquidação da CCEE (Mercado Interno).

31/12/2024 **31/12/2023**

Contas a Receber Partes Relacionadas (nota explicativa nº 8) 6.743 8.553

Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE 82 -

6.825 8.553

Não há riscos significativos de perdas de créditos esperadas, pois, de acordo com o contrato de garantia com o BRB, a ECIII está autorizada a solicitar bloqueio das contas da Neoenergia Distribuição Brasília S.A., mantidas naquela instituição financeira para possibilitar a liquidação financeira imediatamente após eventual inadimplemento. Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia não possui contas a receber em atraso.

8. Partes Relacionadas: **8.1. Saldo patrimonial com partes relacionadas:** As principais transações e os saldos entre partes relacionadas estão relacionados abaixo:

Valores a receber: 31/12/2024 31/12/2023

Neogeração Distribuição Brasília S.A. (nota explicativa nº 7) 6.743 8.553

6.743 8.553

6.743 8.553

6.743 8.553

6.743 8.553

6.743 8.553

6.743 8.553

6.743 8.553

6.743 8.553

6.743 8.553

ENERGÉTICA CORUMBÁ III S.A.

CNPJ 04.631.430/0001-62

*continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Referentes ao Exercício Fim do 31 de Dezembro de 2024 (Em milhares de reais - R\$)

b) Encargos Setoriais:

	31/12/2024	31/12/2023
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	50	48
Ministério de Minas e Energia - MME	25	24
Recursos em Poder da Empresa	1.606	1.175
Taxa de Fiscalização - TFSEE	13	12
Compensação Financeira - CFURH	174	120
	<u>1.868</u>	<u>1.379</u>

14. Outorga da Concessão: Tem origem nas obrigações de pagamento da utilização do bem público advindas do contrato de concessão perante o poder concedente. A dívida originalmente é composta por 326 parcelas mensais com valor nominal de R\$35, a serem pagas até novembro de 2036. Estas parcelas estão reconhecidas no custo nominal atualizado pela inflação e trazido a valor presente pela taxa de 12% a.a. A Companhia iniciou os pagamentos quando entrou em operação. O saldo da dívida está segregado entre circulante e não circulante, como segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Circulante	1.713	1.639
Não Circulante	9.120	8.769
	<u>10.833</u>	<u>10.408</u>

No exercício de 2024 foram pagas 12 parcelas mensais, totalizando o valor de R\$1.651. A cada pagamento, é feita a transferência do passivo não circulante para o passivo circulante, no mesmo valor, para manter o saldo de 12 parcelas de amortização no passivo circulante. A tabela abaixo resume o valor dos pagamentos do passivo:

	2025	2026	2027	2028	2029 em diante
	1.716	1.716	1.716	1.716	3.969

15. Provisões para Processos Judiciais: A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos decorrentes do curso normal de suas operações, que incluem processos de naturezas tributária e cível. A provisão registrada em relação a tais processos é determinada pela Administração da Companhia, com base na análise de seus consultores jurídicos, e reflete a melhor estimativa do desembolso exigido para liquidar as perdas esperadas. A Administração adota o procedimento de classificar os processos judiciais imputados contra a Companhia em função da probabilidade de perda, baseada na opinião dos consultores jurídicos. Para constituição das provisões, a Companhia considera a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais sempre que a perda for avaliada como provável. Os saldos e a movimentação das provisões para riscos tributários e cíveis e trabalhistas são apresentados abaixo:

	31/12/2024	31/12/2023
Cíveis	11.352	11.145
Trabalhistas	11	-
	<u>11.363</u>	<u>11.145</u>
Cível	18.843	-
Trabalhistas	-	-
A movimentação do exercício foi:		
Saldo final do exercício 31/12/2022		
Atualização de processos judiciais		
Constituição de provisão para processos judiciais		
Reversão de provisão para processos judiciais		
Saldo final do exercício 31/12/2023		
Constituição de processos judiciais - Imobilizado		
Constituição de processos judiciais - Resultado		
Atualização de processos judiciais - Imobilizado		
Atualização de processos judiciais - Resultado		
Reversão de provisão e atualizações processos judiciais - Imobilizado		
Reversão de provisão e atualizações de processos judiciais - Resultado		
Saldo final do exercício 31/12/2024		
• Cíveis: A estimativa de processos judiciais cíveis fundiários analisados como prováveis de perda corresponde ao total de R\$11.352 em 31 de dezembro de 2024 (R\$11.145 em 31 de dezembro de 2023), e encontra-se provisionada. • Trabalhistas: A estimativa de processos judiciais trabalhistas analisados como prováveis de perda corresponde ao total de R\$11 em 31 de dezembro de 2024, e encontra-se provisionada.		
• Contingências passivas possíveis:		
	31/12/2024	31/12/2023
Total	<u>1.347</u>	<u>1.038</u>

(a) Tributárias: Não há valores provisionados. Entretanto, as contingências tributárias correspondem à apuração de ICMs/DIFAL do imposto incidente na aquisição de mercadorias destinadas ao uso/consumo ou ativo imobilizado no exercício de 2009. Totalizando um total estimado de R\$793 em 31 de dezembro de 2024 (total estimado em R\$750 em 31 de dezembro de 2023) com expectativa de perda possível. Os valores das contingências (prováveis e possíveis) foram atualizados monetariamente pela variação do INPC e acrescidos de juros de 1% a.m. **16. Outros Passivos:**

	31/12/2024	31/12/2023
Tributárias (a)	793	750
Cíveis	495	252
Trabalhistas	59	36
	<u>1.347</u>	<u>1.038</u>

(a) Tributárias: Não há valores provisionados. Entretanto, as contingências tributárias correspondem à apuração de ICMs/DIFAL do imposto incidente na aquisição de mercadorias destinadas ao uso/consumo ou ativo imobilizado no exercício de 2009. Totalizando um total estimado de R\$793 em 31 de dezembro de 2024 (total estimado em R\$750 em 31 de dezembro de 2023) com expectativa de perda possível. Os valores das contingências (prováveis e possíveis) foram atualizados monetariamente pela variação do INPC e acrescidos de juros de 1% a.m. **16. Outros Passivos:**

	31/12/2024	31/12/2023
Pessoal	2.963	1.046
Benefícios Pós-Emprego (ii)	10	8
	<u>2.973</u>	<u>1.054</u>
Não circulante	394	394
Recursos em Poder da Companhia (iii)	415	4.418
Provisão Renovação Licença de Operação (i)	809	4.812
	<u>1.347</u>	<u>1.038</u>

(i) Provisão de programas ambientais referem-se a investimentos a serem realizados pelo Consórcio decorrente de condicionantes estipuladas pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente para a obtenção da licença de operação. Dessa forma, a provisão está elaborada com base na melhor estimativa da Administração para os desembolsos futuros de caixa esperado para o cumprimento dos investimentos a serem realizados ao longo da validade da licença. Em 2024 houve transferência da maior parte para o passivo circulante devido ao prazo de contrapartidas dos desembolsos referente a licença ambiental. (ii) Os benefícios pós emprego se referem a contrapartida da Companhia para a Previdência Privada de seus colaboradores. (iii) Os recursos em poder da Companhia se referem aos gastos apurados no projeto de P&D em 2014, que foram levados a débito na conta de mesma natureza do passivo circulante, em observância ao previsto no MCSE. **17. Patrimônio Líquido: 17.1. Capital social Integralizado:**

	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total
Acionistas	Classe Unica	%	Total
Cia Energética de Brasília S.A. (CEB)	15.198	25%	30.397
CELG Participações S.A.	15.198	25%	30.397
Geração CIII S.A.	30.396	50%	-
	<u>60.792</u>	<u>100%</u>	<u>60.794</u>

17.2. Da integralização do capital e ações: a) O Capital Social é integralizado totalizado em 121.586

dividido em 60.792 em ações ordinárias nominativas e 60.794 em ações preferenciais nominativas, todas sem valor nominal. b) As ações preferenciais não têm direito a voto e gozaram das seguintes vantagens e preferências: • Direito de dividendo 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias. • Prioridade na distribuição de dividendos. • Prioridade no reembolso do capital sem prêmio. A CELG-GT segregou suas atividades de geração das atividades de transmissão transferindo-as para a CELG Participações. A transferência das ações da CELG GT para CELGPAR foi efetivada no Livro de Transferência de Ações Nominativas e no Livro de Registro de Ações Nominativas em 11/10/2021, tornando-se esta última, acionista da Companhia, sucedendo a CELG GT em todos os direitos e obrigações.

	Ações ordinárias (on)	Ações preferenciais (pn)	Ações Total
Acionista	Quantidade	Part %	Quantidade
Ceb	15.198	25	30.397
CELGpar	15.198	25	30.397
Geração CIII	30.396	50	-
Total	<u>60.792</u>	<u>100</u>	<u>60.794</u>

As Ações ordinárias e Administradoras da Energética Corumbá III S.A. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Energética Corumbá III S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Energética Corumbá III S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumpremos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e, o fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações**

17.3. Reservas de Lucros:

	31/12/2024	31/12/2023
Reserva Legal</		